

VOCATIONAL EDUCATION IN TIMES OF UNEMPLOYMENT IN BRAZIL AND SPAIN: TRENDS AND CONTRADICTIONS

S. R. SANTOS*, B. R. C. V. SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5662-4259>*

shilton.roque@ifrn.edu.br *

Submetido 1/11/2024 - Aceito 23/12/2024

DOI: 10.15628/holos.2024.17956

ABSTRACT

Brazil and Spain have coincided in the last decade in two phenomena, high unemployment rates and growth in the enrollment of Vocational Education. This article aims to analyze the main Vocational Education offers in these countries - *Formación Profesional de Grado Superior* e Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente - as well as their relationship to the increase of unemployment in these countries. To this end, a bibliographic and documental research was carried out,

aiming to investigate the social contradictions present in these realities and their social determinants. We conclude that despite the discourse that vocational education is essential to change the unemployment situation, the increase in enrollments in this type of education has not reduced the general level of unemployment rates, and, finally, the unemployment rates correspond .

KEYWORDS: Vocational Education, Public Policies, Unemployment, Technical course.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE DESEMPREGO NO BRASIL E NA ESPANHA: TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

RESUMO

Brasil e Espanha coincidiram na última década em dois fenômenos, altas taxas de desemprego e crescimento nas matrículas de Educação Profissional. Este artigo propõe-se analisar as principais ofertas de Educação Profissional nesses países - *Formación Profesional de Grado Superior* e Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente - bem como, sua relação com o aumento do desemprego nesses países. Para tanto, foi realizado uma pesquisa

bibliográfica e documental, visando investigar as contradições sociais presentes nessas realidades e suas determinantes sociais. Concluímos que apesar do discurso de que a formação profissional é essencial para modificar o quadro de desemprego, o aumento de matrículas nesse tipo de ensino não reduziu em nível geral, por fim, os índices de desemprego corresponderam a um processo de privatização educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Políticas Públicas; Desemprego; Curso técnico.

1 INTRODUÇÃO¹

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, entre os anos de 2010 a 2020, tem apresentado um aumento considerável em seu número de matrículas. As matrículas na Educação Profissional apresentaram um salto de 1.140.388 para 1.936.094 (Inep, 2021), isto se dá em decorrência da construção de uma política pública, que visa triplicar o número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024.

De acordo com o Inep (2021), das 1.936.094 matrículas em 2020 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 936.547 foram em cursos técnicos subsequentes, o que corresponde a 48% da oferta total, quase metade das matrículas em Educação Profissional de Nível Médio (55%), isto é, 545.962, encontram-se na rede privada.

Em paralelo a crescente busca profissionalizante no país, outro fato chama atenção, o quadro de desemprego estrutural crescente. De acordo com uma pesquisa realizada pela agência *Austing Rates*, publicada no portal G1 (Alvarenga, 2021), o Brasil chegou à marca da 4ª maior taxa de desemprego no mundo, em setembro de 2021. Com base nessa pesquisa, o trimestre encerrado em agosto, a taxa brasileira era de 13,2 % da população desempregada, o que representa mais que o dobro da média global apontada pela mesma pesquisa.

Esses dados coincidem com a taxa de desocupação apresentada pela PNAD, realizada com base no trimestre de maio a julho (IBGE, 2021)². Ainda com base nesse trabalho, o desemprego no Brasil só seria menor em relação a Espanha, Grécia e Costa Rica. Entretanto, assim como o paralelo no contexto nacional da crescente busca por cursos profissionalizantes, a Espanha, assim como o Brasil, também apresentou uma ampliação significativa das matrículas em Educação Profissional, as matrículas em *Formación Profesional*, no período entre 2007 e 2014, cresceram em 43,6 %, passando de 451.541 a mais de 800.000 em 2021 (Campos; Sauer, 2016; Descubre la FP, 2021).

Campos e Sauer (2016) revelam que tal crescimento se deu justamente após o ascenso da crise econômica em 2008 e a consequente ampliação do desemprego nesse país, com um aumento de mais de 380% das matrículas em *Formación Profesional* entre 2008 e 2013 (Descubre la FP, 2021), período de maior aprofundamento da crise e do desemprego na Espanha. Assim como os cursos técnicos subsequentes firmaram-se enquanto a oferta majoritária de Educação Profissional no Brasil, na Espanha, a partir de 2014 há uma inversão nas ofertas e a *Formacion Profesional* de Grado Superior passa a ser majoritária e com tendências de crescimento, conforme dados do *Ministerio de Educación y Formación Profesional* (EPData, 2022).

Em que pese tantas semelhanças, é importante recordar que na Espanha, ao contrário do que ocorre no Brasil, há uma universalização do Ensino Básico, já que mais de 80% da população

¹ Artigo resultado de pesquisa aprovada no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES realizada no período entre setembro de 2022 e março de 2023 na Facultad de Educación – Centro de Formación del Profesorado na Universidad Complutense de Madrid.

² A presente pesquisa foi iniciada em 2021, com escrita do presente artigo finalizada em 2023. Em que pese a redução de tal taxa nesse ínterim, chegando a 8,3 % de desocupação em 2023 (IBGE, 2023), o crescimento recorde nos contratos temporários, empregos precários e sem carteira (Abdala, 2023) reforçam a manutenção do quadro social de instabilidade e desemprego que se apresenta como parte do problema pesquisado.

passou por esse nível de educação. Além disso, grande parte da população possui ensino superior, correspondendo a 48,7% de pessoas entre 25 e 34 (Espanha, 2022). A *Formación Profesional de Grado Superior* tem sua maior oferta na rede pública espanhola, estando a rede privada tão somente com 20,5% dessa oferta (Espanha, 2022a). Isto sinaliza outra relação e outro papel do Estado frente à Educação Profissional em paralelo ao contexto brasileiro.

Ainda assim, percebemos que uma estratégia da dinâmica atual do capitalismo em crise, tanto no Brasil quanto na Espanha, como resposta ao desemprego, é a ampliação da oferta de Educação Profissional, considerando que ambos os países ocupam - apesar da sua diversidade histórica e diferenças políticas e sociais - uma posição de periferia do capitalismo mundial e têm índices de desemprego semelhantes. Entretanto, no decorrer do processo de pesquisa a Espanha tenha melhorado sua taxa de filiação a padrões não vistos há mais de uma década³.

Nesse contexto, faz-se importante questionar por que os cursos técnicos subsequentes são a maior oferta de EP no Brasil e Espanha? Por que ambas cresceram e se tornaram majoritárias justamente nesse processo de agudização do desemprego? Qual o papel dessas ofertas na atual dinâmica do modo de produção e reprodução da sociedade? Nosso estudo busca compreender como se desenvolve essa resposta na educação profissional, objetivando analisar, comparativamente, as principais ofertas de Educação Profissional na Espanha e no Brasil, em função das suas realidades sociais distintas.

2 UMA INCURSÃO À TEORIA

De modo inicial, é essencial que situemos a Educação Profissional e as ofertas pesquisadas na esfera do Estado e compreendamos seu papel na reprodução da ordem social vigente e dos conflitos de classe. É preciso retomar a historicidade da categoria trabalho no atual estágio do desenvolvimento capitalista. Também é necessário compreender essa realidade como resultado da luta de classes, e dentro dessa, qual a proposta de educação e educação profissional que serve a classe-que-vive-do-trabalho, que serve à sua emancipação e ao desenvolvimento pleno da humanidade a qual serve à reprodução do capital.

Na base e na gênese ontológica de boa parte das questões essenciais apresentadas nesse trabalho temos a divisão social do trabalho fundamental entre trabalho manual e intelectual. Da mesma forma que tal divisão fundamenta a desigualdade e conflito de classes, a dualidade histórica da educação no Brasil e na Espanha, passando pelo fundamento da base ideológica, essa divisão também é de suma importância para a compreensão da relação entre Estado e Educação.

Com base no conceito de Estado em Poulantzas (2000), podemos afirmar que o Estado não é apenas resultado da divisão social do trabalho intelectual e manual, mas também tem como papel importante a reprodução dessa divisão em todo conjunto da sociedade. De acordo com Mascaro (2013), o Estado não existe para dirimir os conflitos de classe, como um terceiro agente,

³ Os primeiros dias de 2023 foram marcados por uma ampla divulgação midiática da superação da taxa de filiados à Seguridad Social e da redução do número de desempregados a marca de menos de 3 milhões, marca essa não mais atingida desde a crise de 2008 (Fresnada, 2023). Todavia, cumpre ressaltar que apesar da boa notícia, o número bruto de desempregados não corresponde à taxa de desemprego, tampouco que a Espanha comparativamente saiu do rol de países com maior desemprego, dados que serão expostos nos tópicos seguintes.

mas sim para garantir a sua reprodução, enquanto uma sociedade de classes. Poulantzas (2002) complementa:

[...] o Estado trabalha ativamente para essa reprodução por aparelhos especiais, que intervêm na qualificação-formação da força de trabalho (escola, família, redes diversas de formação profissional) e pelo conjunto dos seus aparelhos (partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses, sistema parlamentar, aparelhos culturais, imprensa, mídias) (Poulantzas, 2002, p. 58-59).

Ao contextualizar essa perspectiva, Mészáros (2008) defende que as determinações gerais do capital incidem profundamente no Estado e na educação, por estarem integrados a totalidade dos processos sociais, e seu funcionamento adequado necessitar dessa relação.

Nesses termos, a educação reflete o padrão hegemônico com vistas a reproduzir o modo de produção dominante, logo, a adaptação desse modo de produção ao atual padrão da reestruturação produtiva no regime da acumulação flexível - que vem se desenvolvendo para que o capital continue a se expandir - também irá refletir na educação de modo que os indivíduos internalizem e reproduzam os seus princípios.

A acumulação flexível, com a associação das novas tecnologias à produção, nos termos das contradições entre capital e trabalho, para manutenção da lucratividade, substitui parte do trabalho vivo por maquinaria, mas sem preceder do aumento de produtividade daquele, uma vez que, conforme a teoria do valor (Marx, 1980), para gerar mais valia é indispensável este trabalho vivo. Dessa forma, com o aumento dos índices de desemprego, o capital avançou sob as jornadas, processos de trabalho e tempo de vida das pessoas, e junto com as novas tecnologias, passaram a exigir trabalhadores flexíveis para essa produção flexível (Antunes, 2001; Harvey, 1993).

Esse padrão tem como base política e ideológica o pensamento neoliberal, transmitindo à sociedade uma cultura do individualismo e de competitividade, corroendo, qualquer laço de solidariedade e de lutas coletivas. Nesse sentido, os grupos que dirigem a sociedade projetam uma educação que possa transmitir esse ideário, o que permite que as pessoas internalizem e legitimem a desigualdade social que vivem (Mészáros, 2008).

Esse projeto de educação e de sociedade, diante do avanço da corrosão dos laços de sociabilidade, do aumento da desigualdade social, do desemprego e da necessidade de extrair cada vez mais mais-valia do trabalho vivo, face a crise estrutural que vive o capital, desloca o seu próprio discurso sobre educação, passando da Teoria do Capital Humano (Schultz, 1973) para a empregabilidade, como bem nos explica Alves (2018):

Da teoria do capital humano 'evolui-se' para a teoria da empregabilidade. Enquanto a posse do capital humano garantia o emprego por toda a vida, a capacidade de empregabilidade permite apenas a fluidez da pessoa no mercado de trabalho, isto é, a possibilidade de inserir-se em novas ocupações salariais, não necessariamente com as mesmas vantagens salariais e benefícios previdenciários do último emprego (Alves, 2018, p. 224).

Esse discurso da empregabilidade é também fundamento e justificativa para a oferta de EP na Espanha. O documento *El Reto de La Formación Profesional en España* (Mon; Lombardia, 2021)

apresenta constantes apelos ao relacionar diretamente a formação profissional como “motor da empregabilidade juvenil”, ao pressupor que o fato de o número de matrículas estar abaixo da média da OCDE é determinante para a situação do desemprego juvenil no país.

Os estudos de Sales (2016) e de Grabowski e Kuenzer (2016), apontam que o padrão da produção e acumulações flexíveis, construíram um discurso sobre a necessidade de outra formação para os trabalhadores, uma vez que, a demanda agora é por trabalhadores flexíveis e multitarefas, e não mais especialistas. Sob esse discurso, seria necessária uma ampliação da educação básica, o que em tese, poderia apontar para a sua universalização e superação da dualidade estrutural que marca nossa educação, porém Sales (2016) nos alerta que não necessariamente esse interesse se aproxima das demandas da classe-que-vive-do-trabalho.

Nestes termos, temos uma nova inclusão excludente (Kuenzer, 2007), a juventude da classe-que-vive-do-trabalho é beneficiada de certa forma pela ampliação da educação básica, bem como da educação profissional, porém para esta o significado de ser flexível e ser multitarefa é distinto que a juventude da classe dirigente. Se para esta, ser multitarefa é lidar com diversas situações complexas, que devem ser resolvidas com sua formação de base científica, para aquela significa lidar com os mais diversos trabalhos simples e repetitivos, ser flexível seria então lidar com um mercado de trabalho que emprega e desemprega à mercê das oscilações do mercado financeiro, e lidar com as diversas formas de contratação precárias construídas diariamente (Grabowski; Kuenzer, 2016).

Na Espanha há também um quadro de dualidade histórica que envolve a educação profissional, como uma oferta destinada à classe-que-vive-do-trabalho, como uma educação subalterna, e que, historicamente seus estudantes tinham acesso limitado ao Ensino Superior, assim como no Brasil, onde normativamente existiam esse impedimento até a década de 1970:

Em decisão posteriormente revogada, a LGE retirou o status da FP como nível educacional dentro do sistema de ensino. Criou, ainda, a dupla titulação da Educação Geral Básica (EGB): a de Graduação Escolar, que permitia a continuidade dos estudos em direção ao *bachillerato* ou à FP, e o Certificado de Escolaridade, que limitava o estudante à FP. Dessa forma, reforçava-se a impressão de que a FP estava reservada àqueles alunos sem capacidade para lograr o “êxito escolar”, o que contribuía ainda mais para seu desprestígio (Campos; Sauer, 2016, p. 200-201, tradução nossa).

Não nos deteremos demasiadamente neste aspecto, mas é possível encontrar em estudos históricos como o de Dávila Balsera, Naya Garmendia e Murua Cartón (2014), que o problema do desprestígio da formação profissional na Espanha, e da divisão entre acesso a vias formativas, é um processo histórico desde os primórdios da Formação Profissional. Ademais, trabalhos empíricos como os de Termes (2022), Martínez García e Merino (2011) e em publicações jornalísticas como as de Pareja (2021), confirmam que essa dualidade é ainda uma grande questão no debate político e educacional nesse país. Com isso, Termes (2022) nos aponta que:

Por último, todo isso implica que a origem social é um fator chave para a escolha de uma via acadêmica ou uma profissional, o que evidencia as dinâmicas de reprodução social, a restrita igualdade de oportunidades

efetivas, e o limitado grau de equidade social de nosso sistema educativo (Termes, 2022, p. 160, tradução nossa).

Retomando o tema do Estado, já mencionamos que as demandas do capital em sua forma produtiva hegemônica são incorporadas pelo Estado e a Educação, em especial a Educação Profissional, na forma de políticas públicas como espaços para essa transferência. Entretanto, resta ainda explicar como o Estado, que não é um sujeito, mas sim uma relação de forças incorpora tais demandas, e por ação ou omissão materializam essas exigências.

Um dos agentes políticos que incidem com forte influência no âmbito do Estado são os organismos internacionais, tais como FMI e Banco Mundial. Nos termos de Gamboa (2001) trata-se de um “Proto-Estado-Global”, que representa o capital internacionalizado, frente aos Estados-Nações, em um contexto de crise estrutural tanto do próprio capital, quanto da forma tradicional de Estado. Esses aparelhos oferecem financiamento a políticas públicas que interessem à reprodução do capital, mas em troca exportam suas diretrizes às nações dependentes como condição para empréstimos e investimentos, sendo a exportação mais valiosa ao capital do que os próprios juros desses empréstimos (Haddad, 2004).

No Brasil, um dos relatórios produzidos (World Bank, 2012), que compõe esse Proto-Estado-Global, aponta como um dos caminhos necessários à nossa educação a ampliação das parcerias público-privadas para a educação profissional como forma de garantir a transição adequada entre escola e mercado. Ademais de um reforço a educação profissional com cursos mais curtos e de rápida preparação para o mercado. Essas propostas receberam grande financiamento a partir de Programas como o PROEP, ao final dos anos 1990, financiado pelo Banco Mundial, que conforme Santos, Alves e Azevedo (2021) contribuiu para fazer com que os cursos técnicos subsequentes saíssem de um quadro de baixa procura para a maior oferta de Educação Profissional na atualidade.

Na Espanha, tanto o *I Plan Estratégico de Formación Profesional del Sistema Educativo* (Espanña, 2019), quanto a *Ley Orgánica 3/2022, de ordenación e integración de la Formación Profesional* (Espanña, 2022b), atendem diretamente as demandas tanto da OCDE quanto da União Europeia, deixando explícita e textualmente, que sua principal preocupação é a formação de capital humano, sob os termos da pedagogia das competências, com vistas a atender as necessidades das empresas e da produção, e em cursos para profissões de qualificação média, ou seja, assumindo que a formação dos sujeitos devem ir só até o patamar exigido pelo mercado, deve adequar-se a pedagogia do capital (Gaweryszewski et al., 2023). O texto legal ora mencionado apresenta em seu preâmbulo que o novo sistema de formação profissional conta com um amplo financiamento dos fundos Europeus.

Sendo assim, a resposta a essas demandas de formação para o capital se traduzem em algumas opções já vigentes nesses sistemas educacionais, no Brasil, trata-se dos Cursos Técnicos Subsequentes, e na Espanha, os cursos *de Formación Profesional de Grado Médio e Grado Superior*.

No Brasil, os cursos técnicos subsequentes são cursos de nível médio os quais o estudante pode acessar desde que apresentem o certificado de conclusão do Ensino Médio, tendo caráter terminativo, culmina na habilitação de técnico, e não encaminha a nenhuma outra etapa de formação. Apresentam carga-horária mínima de 800 horas e máxima de 1200 horas, com a necessidade de práticas profissionais para a devida habilitação.

Já os cursos de *Formación Profesional* apresentam uma estrutura diferente, os de *Grado Medio* têm como via de acesso o certificado de *Enseñanza Secundaria Obligatoria*, que corresponderia ao Ensino Médio brasileiro, ou conclusão de cursos de Formação Profissional Básica, ou prova de acesso, com carga-horária de 2000 horas, incluindo também um período de estágio. Sua conclusão, além de habilitação de técnico, possibilita o estudante concluinte a acessar uma *Formación Profesional de Grado Superior*. Essa última, por sua vez, apresenta carga-horária idêntica aos cursos de *Formación Profesional de Grado Medio*, porém, tem como exigência para o seu acesso, além do já mencionado diploma de técnico, o diploma de *Bachillerato* ou prova de acesso direto, e ao concluir o estudante recebe o certificado de técnico superior.

Apesar das diferenças em sua forma de acesso e de como se estruturam dentro do seu sistema educacional, esses cursos apresentam uma característica comum aos dois países, sua curta carga-horária, que por sua vez é alvo de crítica quando se pensa no tempo necessário a uma adequada formação profissional.

Usurralde (2001) ao discutir a consolidação da formação profissional no sistema educacional espanhol, a partir da *Ley Orgánica General del Sistema Educativo* (LOGSE), considera que tanto o tempo dos Cursos de *Grado Medio* possuem uma curta duração para garantir um mínimo de profissionalidade, como os de *Grado Superior*, apesar de apresentarem uma melhor formatação:

Com respeito à Formação Profissional de Grau Superior, esta parece ter uma melhor acolhida. Entretanto, também é debatido entre certas contradições internas, já que é considerado que possui pouca duração, se mostrará como pouco profissionalizante aos olhos do empresário contratador, além de perder na competição diante das opções universitárias de ciclo curto; mas se é muito longa não estará demonstrando uma das suas principais finalidades, da forma como é servir de forma exclusiva de orientação para o mundo profissional. Outra crítica, na mesma linha, confirma que esses módulos não possuem um grau de exigência muito grande, a tal ponto que chega ao questionamento se a nova FP será capaz de alcançar os níveis que com todas as deficiências, conseguira a FP2 (Usurralde, 2001, p. 119-120, tradução nossa).

É possível compreender que esses cursos voltados à Formação Profissional para chegarem ao status de maior oferta foram impulsionados por financiamentos e diretrizes externas, com vistas a atender as atuais demandas da reprodução do capital nos padrões da reestruturação produtiva (Santos; Alves; Azevedo, 2021). Cabe agora então discutir como outro fenômeno comum e persistente a esses dois países, influencia de forma essencial no crescimento dessa oferta, o desemprego, e por sua vez, como essa crescente se conforma face às demandas sociais e todo complexo de relações que envolvem esse fenômeno.

3 DESEMPREGO E CURSOS TÉCNICOS, QUEM É SALVO E QUEM É O SALVADOR?

Os primeiros dados analisados em 2021 que geraram a curiosidade epistemológica para a consecução da presente pesquisa, indicavam como mencionado na introdução do presente trabalho, que Brasil e Espanha figuravam dentre as maiores taxas de desemprego do mundo e, coincidentemente também apresentavam altas taxas de matrículas em cursos técnicos, em detrimento de outras ofertas formativas de mesmo nível.

Durante o processo de pesquisa, já na atualização dos dados estatísticos referentes a emprego e durante o período de Doutorado Sanduíche na Espanha, as manchetes dos jornais foram tomadas em janeiro de 2023 por matérias como a da TVE (Fresneda, 2023) que apontavam o número recorde de taxa de afiliação desde a crise financeira de 2008.

Todavia, sabemos que cada índice estatístico desses que apresentam grande peso político na movimentação da sociedade, no processo de produção, luta de classes e mobilização eleitoral, apesar de números, não são neutros e tem seus usos e conceitos politizados.

Ao analisarmos a taxa de desemprego da Espanha, percebemos que essa não apresentou melhora significativa e o país continua a figurar como a maior taxa de desemprego dos países da Comunidade Europeia, conforme dados do Eurostat(2023), enquanto no Brasil apesar da redução da taxa de desocupação – 8,3 % - a taxa de subutilização da força de trabalho segue alta - 17,8 % (IBGE, 2023) - superando o próprio índice de desemprego espanhol. Cabe assinalar que, essa redução dos índices de desocupação no Brasil ocorrem em paralelo e em consequência a taxas recordes de informalidade (ABDLA, 2023), contratos temporários e trabalhos precários, o que não modifica a realidade de instabilidade social e desemprego exposta na introdução deste artigo e que se pereniza em nossa sociedade.

A resposta governamental, e empresarial, em ambos os países para esse problema tem sido focar em programas de formação profissional, como remédio para esse desemprego, como se pode notar nas propagandas das Figuras 1 e 2.



Figura 1: Propaganda *Formación Profesional*



Figura 2: Propaganda Curso Técnico Subsequente. Fonte: Site Institucional IFRN

Um discurso de que sobram empregos, porém falta qualificação atende a distintos interesses sociais, porém podemos adiantar que nenhum deles é o do próprio desempregado, discurso esse que se generaliza ao senso comum e se repete enquanto verdade em nossa sociedade.

A teoria do Capital Humano é base desse discurso e resposta para suas lacunas teóricas. Essa referida teoria, que tem Schultz (1973) como fundador, tenta sustentar que o investimento em formação e qualificação gera capital e retorno para quem o investe, ou seja, no plano macroeconômico os países, e no microeconômico os indivíduos. Sendo assim, um país que investe em educação terá um aumento no seu produto interno bruto e demais índices de desenvolvimento, e as pessoas que também se formam em tais cursos têm retornos como acesso a emprego e retorno financeiro equivalente à devida formação.

Alguns estudiosos brasileiros como Frigotto (1999) já dissecaram essa teoria mostrando tanto como ela não se provou verdadeira no nível macroeconômico e por isso se refugiou nas análises individuais, mas também explica que seu maior problema é o que ela omite enquanto teoria, que é o fato de a geração de riqueza em nossa sociedade ainda ser plenamente explicada pela teoria do valor em Marx, ou seja, que o capital é produzido enquanto força social a partir do trabalho vivo, assalariado, por meio da extração de mais-valia.

Faz-se necessário também lembrar que, nesses termos, para a teoria do capital humano, educação e formação têm uma razão essencialmente instrumental e utilitária, serve como um instrumento para se adquirir algo, seja capital, emprego, desenvolvimento econômico, e perde o seu sentido mais amplo, social e humano, que é o de formação integral, de humanização e socialização das pessoas para uma vida em sociedade, perde sua dimensão de direito e passa a figurar na esfera de capital, produto, objeto vendável, investimento, dentro de um mercado.

A existência e a comprovação de problemas nessa teoria não a retiram da sua posição hegemônica, sendo como já mencionamos, utilizada como base para diretrizes educacionais dos organismos internacionais, balizando reformas educativas exportadas à diversos países – como no caso também de Brasil e Espanha – fundamentando o discurso da empregabilidade e o atual movimento de ampliação da educação profissional como salvação dos países e pessoas do desemprego.

Termes (2022a) apresenta esse movimento a partir do aumento da educação pós-obrigatória na Espanha como resposta social a essa crise do emprego, em especial ao desemprego juvenil que é mais que o dobro da taxa geral no quarto trimestre de 2022 -29,26 % - (INE, 2023), e na mesma esteira Castro (2001) nos aponta que desde os anos 1980 a OCDE indicava a necessidade de fomentar a formação profissional como uma alternativa melhor que o subsídio por desemprego, ou emprego subvencionado.

Ainda nessa esteira, a teoria do capital humano também indica a partir do que chama de custo de oportunidade, que essas taxas de desemprego incentivariam a permanência dos jovens no sistema educativo (San Segundo; Petrongolo, 2000), o que poderia ser um aspecto positivo e elevaria as taxas de escolarização. O que os liberais chamam de custo de oportunidade, compreendemos como uma resposta das pessoas à dureza da realidade, realidade essa que parece distanciar-se das análises das teorias liberais. Esta realidade traduz o custo de oportunidade como

uma corrida desesperada por oportunidades de emprego, para cumprir com as exigências dos processos seletivos empresariais, para empregos que por vezes sequer existem.

Apesar dessa teoria explicar, de alguma forma o movimento psicológico das pessoas sem emprego em direção a esses cursos de formação, Sanz Segundo e Petrongolo (2000) demonstram a partir de uma análise estatística que já há um movimento anterior de ampliação da escolarização na Espanha e em momentos de crise, a ausência de recursos familiares e governamentais para formação, somado à expectativa de desemprego, podem reduzir o investimento, e consequentemente acesso, à educação e não apresentar esse resultado esperado pelos defensores da teoria do capital humano. Nesses termos, os autores concluem que:

Por um lado, o desemprego juvenil incentiva a permanência dos jovens no sistema educativo, ao reduzir o custo da oportunidade de estudar desta população. Por outro lado, o desemprego da população adulta não incentiva a realização de estudos secundários, podendo refletir um efeito negativo sobre as expectativas de desemprego no futuro, no mais, os dois efeitos tendem a se compensar e dão como resultado um impacto bruto quase nulo de desemprego sobre a escolarização (San Segundo; Petrongolo, 2000, p. 446, tradução nossa).

Dito isso, passamos então a analisar as taxas de desemprego da população de acordo com o nível de escolarização para saber se a teoria do capital humano faz sentido em alguma medida e justificaria essa relação, apontada pelo discurso governamental, de que o aumento de matrículas em Formação Profissional em períodos de desemprego é uma política com possibilidades de modificar essa realidade.

No Brasil, os dados estatísticos do IBGE não apresentam taxa de desemprego por nível de formação, o que nos impede de fazer uma melhor comparação, porém sua ausência retrata também uma posição política dos governos mais recentes em não apresentar publicamente essa realidade. Todavia, de modo ilustrativo, podemos trazer um estudo do DIEESE de 2018, o último sobre qualificação profissional, que nos apresenta uma pequena diferença entre pessoas desocupadas em 2016 (11,3 %) com cursos técnicos de nível médio e pessoas sem esses cursos (11,9 %), estando esse acima do índice nacional (DIEESE, 2018).

Além disso, a pesquisa ainda aponta que a maioria dos empregos ocupados por esses profissionais habilitados não correspondem com sua formação, estando aqueles que possuem emprego sua maioria trabalhando no setor de comércio e vendas. Uma análise do documento por parte do DIEESE (2018) nos aponta ainda que:

Constatou-se, primeiramente, que a taxa de desocupação dos qualificados pouco muda em relação à dos demais integrantes da força de trabalho, evidenciando que a qualificação, por si só, não implica garantia de sucesso na procura por trabalho e indicando que o problema é que todos - tanto qualificados, quanto não qualificados - se deparam com um mercado de trabalho desestruturado e incapaz de gerar a quantidade suficiente de empregos para absorver toda a mão de obra disponível. As informações também revelaram que boa parte dos trabalhadores qualificados ocupam postos de trabalho não relacionados com a área em que se especializaram,

exercendo, inclusive, funções que não requerem qualificação formal. Além disso, embora sua remuneração seja, em média, superior à dos demais trabalhadores, a maioria dos qualificados recebe valores inferiores a dois salários mínimos (DIEESE, 2018, p. 13-14).

Outra observação no mesmo sentido, remete-nos a analisar o Monitor Nacional de Profissões (MEC/MTPS, 2023) que nos mostra que essa tendência ainda segue no Brasil, onde as ocupações que possuem mais da metade do estoque de empregos ativos no Brasil seguem sendo: assistente administrativo, vendedor de comércio varejista, auxiliar de escritório e faxineiro, profissões que na maioria dos seus postos não demandam uma formação além da educação básica, ou cursos específicos diante das atividades particulares de cada local de trabalho.

Por outro lado, apesar dessa ampliação na educação técnica de nível médio no Brasil, em especial essa etapa não obrigatória aqui analisada, os cursos técnicos subsequentes, diferente da Espanha, não houve um impulso na sua taxa geral de escolarização, e até hoje não temos a educação básica universalizada no país⁴, o que é algo a se considerar quando falta políticas públicas e prioridade de investimento diante de orçamentos públicos limitados, reduzidos e por vezes até cortados no decorrer do exercício financeiro⁵.

Considerando esse cruzamento de dados e apontamentos acerca da realidade brasileira, é possível afirmar que cursos técnicos subsequentes e seu ascenso e predominância de oferta na rede privada atendem e respondem perfeitamente às recomendações internacionais. Inclusive, nas edições das últimas grandes políticas públicas de Educação Profissional, PROEP e PRONATEC, essa oferta estava presente. A primeira foi responsável pela construção da sua tendência de crescimento, enquanto a segunda, na inserção do processo de voucherização na educação profissional e ampliação da privatização dessa por meio de transferência de recursos.

Em Santos, Alves e Azevedo (2021), estudamos a tendência da massificação da educação profissional a partir dos cursos de curta duração. Os cursos técnicos subsequentes e os de Formação Inicial e Continuada, com essa tendência se dando a partir das mudanças no campo da acumulação e regulação do capital que, por meio do pensamento político neoliberal ocupando o Estado, buscou uma nova formação dos trabalhadores para um cenário de desemprego, rotatividade e precarização, e a fez por meio do capital privado, como forma de um produto e não formação educacional, de modo a também dinamizar o mercado da educação. Dessa forma:

Para atender a principal exigência do capital em crise, notadamente a de seguir o imperativo da economia política de se reproduzir e acumular infinitamente, faz-se necessário atingir um dos pilares do modo de produção, que é o trabalho. Uma nova forma de subordinar o trabalho ao capital exige, si, uma nova forma de educação para o trabalho e uma nova forma de regulação estatal que responda a esses ditames (Santos; Alves; Azevedo, 2021, p. 594-595).

⁴ Apenas 38,8% da população brasileira acima de 25 anos tem o Ensino Médio completo. (IBGE, 2020)

⁵ Os últimos seis anos no Brasil foram marcados por uma redução no orçamento da educação, assim como retirada de verbas durante o próprio exercício fiscal, levando a organização de protestos de estudantes e trabalhadores. Para melhor compreensão recomendamos a análise cronológica de Gomes e Ribeiro (2023) e de Sardinha e Souza (2023).

Passando para a realidade espanhola, uma análise mais ampla, tanto no tempo quanto no enfoque nos permite já duvidar e negar as possibilidades e teses do capital humano, visto que, o país apresenta uma alta taxa de escolarização (Espanha, 2022a), mais de 80% da população tem o Ensino Secundário, 48,7 % da população entre 25 e 34 anos tem estudos superiores, e mais de 30 % da população obtém titulação de técnico superior, e 20 % de técnico, e ainda assim, esse país continua como maior taxa de desemprego entre os países da União Europeia e dentre as maiores do mundo.

Além dos dados estatísticos, a literatura confirma que esses altos índices de escolaridade são resultados de uma política de investimento em educação a partir dos anos de 1980: Martínez García, 2015; Pineda-Herrero et al., 2016; San Segundo, Petrongolo, 2000, em que a Espanha mais que dobrou sua taxa de escolarização entre 1975 e 1996. Para Pineda-Herrero et al. (2016), a Espanha conta com a geração mais bem formada da história, mas ainda assim a educação não é uma garantia de inserção laboral, pois essa depende de uma série de outros fatores, relacionados tanto com a realidade política e social mais ampla, como do próprio ou da própria pessoa desempregada.

Analisando então a taxa de desemprego das pessoas com formação profissional, *Encuesta de transición educativo-formativa e inserción laboral, Año 2019* (INE, 2020), nos aponta que a taxa de desemprego para a população com Formação superior de Grado Médio é de 16 %, e a que conclui Grado Superior é de 12,6 %, a primeira acima da taxa de desemprego geral daquele ano, 14 %, e a segunda um pouco abaixo.

Esses dados ainda merecem uma consideração metodológica, trata-se de taxas de desemprego analisando trabalhadores que concluíram seus estudos há 4 anos, para analisarmos a situação do desemprego imediatamente após a saída dos cursos podemos buscar a taxa de filiação no primeiro ano, e encontramos outros dados. Nesse caso a cifra passa para uma taxa de filiação de 52,7 % dos técnicos superiores titulados, após primeiro ano de conclusão, e a situação se agrava nos cursos de Grado Medio que apresentam uma de tão somente de 39,7 %. O que nos leva a concluir que se uma pessoa busca esse curso a partir da propaganda governamental e das empresas de educação com vistas a modificar a curto prazo sua situação de desemprego, as chances de emprego nos primeiros anos não são altas, tampouco garante em um médio prazo a obtenção de um emprego.

Ocorre que, independente do caráter falso desse postulado da teoria do capital humano, ele atua e funciona enquanto ideologia (Mészáros, 1996), materializa-se enquanto política e influi diretamente na vida das pessoas, como parte de uma posição dentro do processo de luta de classes e obtém resultados políticos como por exemplo hoje, na Espanha, a Formação Profissional de Grado Superior tem em 2022, mais que o dobro de matrículas, 568.000, que os cursos universitários, 241.157 (SIU, 2023; Espanha, 2023). Em termos iniciais, isso significa um movimento de evitar que uma certa parte da população tenha acesso à formação universitária, e não a reivindique.

No Brasil, Mendes (2003) apontou em um estudo acerca das trajetórias dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes que, a constituição, existência e fomento destes funcionavam como uma política de contenção de demanda por educação universitária no Brasil. Esse dado se aproxima a uma conclusão de mais de duas décadas a realidade estudada também na Espanha com esse crescimento de demanda induzida pela Formação Profissional.

Mesmo com esses dados, o governo espanhol segue fazendo massivas campanhas publicitárias encaminhando os jovens à Formação Profissional, inclusive nos termos de Pareja (2021): *“Han sido campañas de dudoso impacto, centradas en querer convencer a las personas jóvenes de que es mejor la formación profesional que el bachillerato o la universidad”* quais outros resultados, e outros possíveis motivos para tal opção política?

Um dos principais motivos já tratamos aqui de modo incipiente que é o financiamento externo, os organismos internacionais escolhem, de acordo com o interesse político e econômico vigente, que tipo de política financiar com vistas a uma manutenção do modo de produção, mas também da classe dominante no conflito intraclasse vigente.

E para a Espanha, os Fundos Europeus ofertam dinheiro para financiar esse tipo de proposta educativa, nos termos da teoria do capital humano, para formar trabalhadores para um cenário de flexibilidade, incertezas, com vistas à aquisição de competências para garantir a maior rentabilidade possível a empresa contratante, com isso o conceito de formação se aproxima cada vez mais da instrução, adestramento e perde seu caráter educativo. Isso é demonstrado por Carvajal Muñoz (2021), que analisou todos os documentos da Comunidade Europeia acerca de Formação e emprego e nos confirma que:

A análise desses treze documentos confirma um mercado enfoque economicista da formação profissional, descuidando os objetivos sociais, apesar de que esta formação está direcionada, principalmente, aos coletivos mais vulneráveis frente ao mercado de trabalho (desempregados/as de longa duração, deficientes, imigrantes, desempregados de baixa qualificação ou situação de extrema exclusão. Trata-se de uma formação que marca seu objetivo central em adequar as ações formativas aos requerimentos de qualificações trabalhistas das empresas locais, pretendendo dessa maneira conseguir a inserção no mundo do trabalho desses desempregados/as. Em contraste com essas argumentações da formação como investimento em capital humano, se observa uma realidade que mostra uma deterioração continuada das condições de trabalho de amplos setores da população, agravados pelas altas cifras de desemprego. A prova disso é que, em 2017, superada a crise de 2007-8, a taxa de desemprego na Espanha era ainda de 17,2 %, e a temporalidade de 26,7 % com uma taxa AROPE em torno de 24,7 % (Carvajal Muñoz, 2021, p. 272, tradução nossa)

E é possível notar a presença de todos esses termos e características de formação nos documentos legais que tratam da educação profissional na Espanha. Face a essa necessidade e oportunidade de financiamento, o governo e as instituições se adequam as demandas dos Fundos Estruturais, como bem nos menciona Castro (2001), e são empurrados a esse viés mercadológico da formação, compondo outro grande mercado que é o da educação, nos termos do *European Centre for the Development of Vocational Training (CEDEFOP)*:

Os provedores de educação profissional estão sendo cada vez mais empurrados a um ambiente de mercado. Sua sobrevivência depende da captura de partes suficientes do mercado para que o serviço que prestam seja sustentável (Cedefop, 2018, p. 115, tradução nossa).

Porém, apesar de todo financiamento atual, e das campanhas em favor da eleição da via formativa da Formação Profissional, o crescimento das matrículas e da demanda por essa formação apresenta paradoxalmente um déficit de vagas públicas:

De novo outro paradoxo: tantos anos de campanha a favor da FP, e quando tem um crescimento substancial da demanda não tem capacidade de resposta suficiente por parte da oferta (Merino, 2013, p. 11, tradução nossa).

Não deixa de ser paradoxal que durante muitos anos foram criadas campanhas publicitárias para prestigiar a FP e agora que a demanda real aumentou, não podemos satisfazê-la (Pareja, 2021, n.p., tradução nossa).

Conforme dados levantados pelo Sindicato Comisiones Obreras (2022), em Madrid, de 32.952 solicitantes de matrículas públicas de Formación de Grado Superior, 17.976 não conseguiram sua vaga. E em Comunidades como Madri, que a opção política do governo é abertamente neoliberal e neoconservadora, essa ausência de vagas e demanda social pelas mesmas, converte-se em uma política de transferência de recursos para centros privados. Borraz (2021) nos confirma essa relação problemática:

A opção que a Comunidade de Madri oferece, segundo a FAPA, é solicitar uma bolsa para estudar em centros privados, algo para o que investirá 18,5 milhões de euros com o objetivo de 'fomentar a liberdade de escolha'. Morillos não acredita que seja uma solução: 'A bolsa não cobre tudo e não asseguram que seja concedida. Estamos falando de um valor entre 6.000 e 9.000 euros dependendo do grau e a área, mas tem famílias que nem podem sonhar, inclusive as que não conseguem pagar todas as contas. De que liberdade estamos falando? (Borraz, 2021, n.p., tradução nossa).

Soma-se a isso a constatação de Termes (2022) de que as instituições privadas, por movimentarem-se como um mercado apresentam altos preços para as matrículas e mensalidades em Formação Profissional na Espanha. De modo que, o crescimento dessas matrículas, somada à falta de oferta pública adequada à demanda estimulada pela propaganda governamental e privada, permite um cenário favorável a essa elevação de preços e, por outro lado, maior lucratividade ao mercado de educação.

Com tudo isso, desenvolve-se um processo de ampliação da oferta privada de Formação Profissional. Não chegamos a um cenário como o já aqui apresentado do Brasil, porém uma crescente, e assim nesse caso, tal oferta nem sempre foi majoritariamente assim. Já é possível então notar um resultado material, e consequência de todo aporte ideológico das contradições das políticas ora analisadas:

Sobre as consequências, uma das mais evidentes e chamativas foi o aumento da oferta privada. Em termos de mercado, os centros privados encontraram um nicho de demanda insatisfeita. Em uma década, passaram de 4 % a 15 % do alunado matriculado em centros privados de formação profissional (Pareja, 2021. n.p., tradução nossa).

Todos esses fenômenos imbricados a um processo histórico de dualidade educacional que persiste ainda hoje na Espanha, com a separação social entre via acadêmica universitária e

formação profissional, uma separação classista, permite-nos enxergar o aumento das matrículas em Formação Profissional nesse contexto de ausência de vagas; inserção laboral não satisfatória; e crescimento da oferta privada, a uma limitação do acesso aos filhos da classe trabalhadora a uma formação universitária. Termes (2022, 2022a) e Pareja (2021) nos destacam então que:

O segundo resultado é que o aumento de matrícula da FP (que é dada em toda a Espanha) é paralelo à manutenção as diferenças de perfis de alunado de vias académicas e das profissionais [...] as probabilidades de cursar uma ou outra via estão fortemente associadas a determinados perfis sociais (Termes, 2022, p. 157, tradução nossa).

Além disso, persiste o viés académico e social da escolha de formação profissional versus *bachillerato* e universidade: os alunos com melhores notas são orientados normalmente ao *bachillerato*, e as famílias de classe média com estudos universitários costumam ver como mobilidade decrescente o fato de que seus filhos optem pela formação profissional (Pareja, 2021, n.p., tradução nossa).

Dessa maneira, apesar de construções históricas distintas, de realidades sociais e educacionais com muitas diferenças, Brasil e Espanha se aproximam quando a totalidade da realidade analisada abarca a situação de desemprego, formação profissional e perspectiva classista das suas ofertas educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todos os apontamentos devemos retomar o olhar para nosso ponto de partida e analisarmos se as perguntas apontadas no início desse texto foram devidamente respondidas com os dados, referencias, estudos e comparações aqui construídas e aportadas.

Em primeiro lugar, questionamos o porquê de o curso técnico subsequente ser a maior oferta de EP no Brasil e a FP de Grado Superior ser a maior oferta na Espanha? E ao longo do texto destacamos como os organismos transnacionais traduzem na esfera dos Estados Nacionais suas políticas financiando justamente aquelas ofertas educacionais que respondem as suas demandas, leia-se, as demandas da reprodução do capital em períodos de crise. Dessa forma, a ampliação dessas ofertas é impulsionada por FMI, Banco Mundial, OCDE e Comunidade Europeia, em função das suas características, quais sejam, cursos de curta duração, de caráter não universitário, e com formato e conteúdo que deem conta de formar o trabalhador nos termos exigidos pelas empresas, pelo mercado, assumindo essa educação em termos estritos e instrumentais, afastando-a sua dimensão educativa mais ampla de formação humana integral.

Nesse sentido, essas cresceram justo em período de agudização do desemprego como uma resposta pública a esse cenário de modo que esse tipo de formação seria um remédio ao desemprego. Resposta pública essa tanto no sentido da oferta, financiada por fundos externos, quanto no sentido da propaganda, com vistas a legitimar um ideário necessário à manutenção da ordem social vigente em um cenário de ausência de emprego, mas de que modo?

A teoria do capital humano, que é base das reformas educativas, documentos e propostas desses organismos transnacionais financiadores e impulsionadores de políticas, transfere da esfera

pública para a privada a responsabilidade por estar empregado ou não, ou seja, cabe ao indivíduo estar formado e empregável. Assim, o emprego é responsabilidade sua e não do Estado ou das empresas, sendo assim, caberia ao Estado tão somente propor meios para participar dessa concorrência pelas vagas de emprego.

Ocorre que, o desemprego não é uma falha ou erro do modo de produção vigente, em realidade ele é algo desejado e funcional para a ampliação da extração de mais-valia, pois, quanto mais pessoas aptas e disponíveis a um emprego, maior a possibilidade de rotatividade e de rebaixamento das condições de trabalho e salário em função da necessidade de um emprego e salário por parte dos trabalhadores para garantir sua reprodução vital.

Conforme os dados estatísticos analisados, concluímos que, apesar do aumento das matrículas de formação profissional em ambos países analisados, assim como de aumento no investimento em educação, a situação de desemprego não foi alterada e, ainda que, é possível compreender a partir da realidade espanhola que, ter esse tipo de certificado te dar mais chances de não estar desempregado, essas chances não diferem muito das taxas gerais de desemprego no país.

Essa situação de desemprego, somada à propagação governamental e das instituições e empresas de educação, em um contexto de hegemonia dos discursos da empregabilidade leva as pessoas a buscar esse tipo de formação, ainda que não se comprove seus resultados imediatos para esses fins, o que demonstramos justamente o contrário.

Na Espanha, essa corrida para acesso à Formação Profissional diante dos índices alarmantes de desemprego juvenil, esbarra na ausência de vagas públicas para tais cursos, ainda que o mesmo governo que não os provê, historicamente realiza propagandas de incentivo a divulgação de tal oferta. Tal realidade tem como resposta o crescimento de uma oferta privada e de investimento público em instituições privadas como resolução do problema, aquecendo assim um mercado educacional.

No Brasil, a oferta privada já supera a pública nos cursos técnicos subsequentes e esse movimento só foi possível a partir de investimento público nessa oferta privada por meio de programas como Pronatec e PROEP que privilegiaram em seu aporte financeiro tais instituições.

Sendo assim, em ambos os países, podemos dizer que esse crescimento cumpre um papel importante na atual dinâmica de capitalismo em crise de nossa sociedade, qual seja, de fomentar um mercado educacional, outrora inexistente ou reduzido e assim ampliar um espaço de circulação de capital.

Soma-se a isso o fato de que, o formato de tais ofertas, as características de tais cursos - como por exemplo carga-horária reduzida e conteúdos voltados estritamente a competências profissionais - bem como as diretrizes transferidas por parte dos seus impulsionadores fazem com que eles cumpram um importante papel de formar trabalhadores nos termos corporativos que a ampliação da extração de mais-valia demanda em períodos de crise, ou seja, uma formação estrita e estreita, que forme trabalhadores que se adaptem e adequem a condições e jornadas de trabalho degradantes, assim como a ausência de trabalho e emprego com constate rotatividade.

Em uma totalidade mais ampla, é possível concluir ainda que, essa solução é destinada especificamente a uma classe social, e a formação profissional é o caminho formativo destinado aos filhos da classe trabalhadora, servindo também como contenção do acesso desses ao ensino

universitário. Tal fenômeno colabora com a reprodução a ordem social vigente não tão somente na formação de trabalhadores nos termos necessários para a extração de mais-valia, mas mantém a ordem vigente no sentido de manter essas pessoas enquanto classe trabalhadora, e classe dominada no conflito de classes, não permitindo a formação dessas pessoas enquanto sujeitos que possam dirigir a sociedade, a partir da transformação dessa.

Respondidas as perguntas de partida, parece-nos que a realidade além de difícil está determinada a se reproduzir assim de modo cíclico e infinito, porém é importante ao final desse escrito lembrar que a conformação da nossa sociedade é resultado de um processo histórico, contínuo e dinâmico de luta de classes, e que a modificação de tais cenários, tanto de desemprego, quanto do tipo de educação que é ofertada para cada classe será alterada a partir também das dinâmicas desse processo de luta, trata-se de um realidade atual, porém com muito trabalho a ser feito.

5 REFERÊNCIAS

Abdla, Vitor (2023). *Trabalhador sem carteira assinada atingiu número recorde em 2022*. Média anual chegou a 12,9 milhões em 2022. [Matéria disponibilizada em 28 de fevereiro de 2023, na internet]. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/trabalhador-sem-carteira-assinada-atingiu-numero-recorde-em-2022>> Acesso em 29 ago. 2023.

Alvarenga, Darlan (2021). *Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países*. [Matéria disponibilizada em 22 de novembro de 2021, na internet]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>> Acesso em: 21 jan. 2021.

Alves, Giovani (2018). A nova precariedade salarial: O sociometabolismo do trabalho no Século XXI. In: Sousa, Antonia Abreu de; Sales, Francisco José Lima; Feijó, Jerciano Pinheiro (Org.) *Canto do Assum Preto*. Fortaleza: Edições UFC.

Antunes, Ricardo (2001). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.

Borraz, Marta (2021). *La vida en suspenso de miles de jóvenes por la falta de plazas de FP: "Él me decía 'mamá ¿cómo no voy a poder estudiar?'"*. [Matéria disponibilizada em 12 de agosto de 2021, na internet]. Disponível em: <https://www.eldiario.es/sociedad/vida-suspenso-miles-jovenes-falta-plazas-fp-decia-mama-no-estudiar_1_8209328.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

Campos, Paulo C. de Oliveira; Sauer, César (2016). Os desafios para o fortalecimento da Formação Profissional na Espanha. In: *Mundo a Fora*. Educação Profissional e Tecnológica 14. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2016.

Carvajal Muñoz, M. R. (2021). Formación profesional para desempleados/as y desarrollo sostenible: Factores que limitan el desarrollo económico y social. *Revista Prisma Social*, [S. l.], n. 34, p. 267–297. Disponível em: <https://revistaprismasocial.es/article/view/4238>. Acesso em: 5 abr. 2023.

Castro, Laura Cruz (2000). Cualificaciones, desigualdad y empleo. Respuestas divergentes al problema de la formación. *Documentos de trabajo* (CSIC. Unidad de Políticas Comparadas), Nº. 8. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10261/1512> > Acesso em: 1 abr. 2023.

Castro, Laura Cruz (2021). Ideas, instituciones y ciclo económico. Las políticas de formación en España. *Revista española de ciencia política*, p. 149-168.

Cedefop (2018). The changing nature and role of Vocational Education and training in Europe. Vol 3. *The responsiveness of European VET systems to external change (1995-2015)*. Disponível em: < https://www.cedefop.europa.eu/files/5567_en.pdf > Acesso em 06 abr. 2023.

Comisiones Obreras (2022). *CCOO Madrid denuncia falta de plazas en FP y exige al Gobierno regional un plan para incrementar la oferta*. [Matéria disponibilizada em 29 de junho de 2022, na internet]. Disponível em: <https://madrid.ccoo.es/noticia:631085--CCOO_Madrid_denuncia_falta_de_plazas_en_FP_y_exige_al_Gobierno_regional_un_plan_para_incrementar_la_oferta&opc_id=711af56c79ef209f3b5831a8b38f22b1> Acesso em: 03 jan. 2023.

Dávila Balsera, P.; Naya Garmendia, L. M.; Murua Cartón, H. (2014). La formación profesional en la España contemporánea: políticas, agentes e instituciones. *Historia de la Educación.*, v. 33, p. 43–74. Disponível em: < <https://revistas.usal.es/tres/index.php/0212-0267/article/view/12596>. > Acesso em: 1 abr. 2023.

Descubre la FP (2021). *Aumentan las matriculaciones en FP gracias a la diversidad de titulaciones y especialidades*. [Matéria disponibilizada em 11 de março de 2021, na internet]. Disponível em: <https://www.descubrelafp.org/noticias/matriculaciones-fp_20210309604a3a70094c980001e392d2.html> Acesso em: 9 mar. 2022.

DIEESE (2018). *Educação Profissional e mercado de trabalho*: ainda há muito a avançar. Nota Técnica 199, novembro.

EPData (2022). Alumnos matriculados, profesores y otros datos y estadísticas sobre el curso escolar desde 1990 hasta 2020. Disponível em: < <https://www.epdata.es/datos/alumnos-matriculadosprofesores-otros-datos-estadisticas-curso-escolar-1990-2019/437>> Acesso em: 9 mar. 2023

España (2022). Ministerio de Educación y Formación Profesional. Anuario estadístico. Las cifras de la educación en España. curso escolar 2019-2020. *C2. Las transiciones y los resultados educativos*. Madrid: Ministerio de Educación y Formación Profesional.

España (2022A). Ministerio de Educación y Formación Profesional. *Catálogo general de publicaciones oficiales*: datos y cifras, curso escolar 2021-2022. Madrid: Ministerio de Educación y Formación Profesional.

España. Jefatura de Estado (2022B). *Ley Orgánica 3/2022*, de 31 de marzo, de ordenación e integración de la Formación Profesional. Disponível em: < <https://www.boe.es/eli/es/lo/2022/03/31/3/con> > Acesso em 01 abr. 2023.

España (2023). Ministerio de Educación y Formación Profesional. Catálogo general de publicaciones oficiales: datos y cifras, curso escolar 2021-2022. *D5. LA FORMACIÓN PROFESIONAL*. Madrid: Ministerio de Educación y Formación Profesional.

España (2019). Ministerio de Educación y Formación Profesional. *I Plan Estratégico de Formación Profesional del Sistema Educativo 2019-2022*. MEFP 2019. Disponível em: <<https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:1bc3728e-d71f-4a8e-bb99-846996d8a2f2/i-plan-estrat-gico-de-formaci-n-profesional-del-sistema.pdf>> Acesso em 01 abr.2023.

Eurostat (2023). *Unemployment rate - annual data*. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tipsun20/default/table?lang=en> > Acesso em 09 de março de 2023.

Fresneda, Diana (2023). *El mercado laboral cierra 2022 con récord de afiliación y la cifra de parados más baja desde 2007*. [Matéria disponibilizada em 03 de janeiro de 2023, na internet]. Disponível em: <<https://www.rtve.es/noticias/20230103/paro-empleo-2022/2413506.shtml>> Acesso em: 03 jan. 2023.

Frigotto, G. (1999). *A Produtividade da escola improdutiva*. 5. ed. São Paulo: Cortez.

Gamboa, Sílvio Sánchez (2001). A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século. In: Lombardi, José Claudinei. (Org.). *Globalização, Pós- modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Associados.

Gomes, Blanaris; Ribeiro, Lucas (2023). *Cortes na Educação: a cronologia da precariedade*. [Matéria disponibilizada em 15 de fevereiro de 2023, na internet]. Disponível em: <<https://comunica.ufu.br/noticia/2023/02/cortes-na-educacao-cronologia-da-precariedade>> Acesso em 06 de abr. De 2023

Gaweryszewski, Bruno; Figueira, Gisele Andrade; Lamarão, Marco; Bovolenta, Marília Bittencourt; Mendes, Marian. (2023) Formação da Classe Trabalhadora. In: Leher, Roberto (org.) Educação no Governo Bolsonaro inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular.

Grabowski, Gabriel; Kuenzer, Acácia Zeneida (2016). A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. *HOLOS*, [S.l.], v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983> >. Acesso em: 28 ago. 2022.

Haddad, Sergio (2004). *O direito à educação no Brasil: Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação*. Curitiba: DhESC Brasil.

Harvey, David (1993). *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

IBGE (2020). Educação 2019 – PNAD Contínua 2019. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>>>; Acesso em: 31 jan. 2021

IBGE (2021). Indicadores IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua -Trimestre Móvel MAI. - JUL. 2021*. Publicado em 30 set. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_jul.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021

IBGE (2023). *PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em oito das 27 UFs no segundo trimestre de 2023*. Editoria Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/37664-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-oito-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2023> Acesso em 29 Ago.2023.

Ine (2020). *Encuesta de Transición educativa-formativa e inserción laboral 2019*. Publicado em 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736056996&menu=ultiDatos&idp=1254735976597> Acesso em 06 abr. 2023

Ine (2023). *Infografía – Tasas del Mercado Laboral – Tasas de Paro*. 2023. Disponível em: <https://www.ine.es/infografias/tasasepa/desktop/tasas.html?t=0&lang=es>. Acesso em: 12 set. 2023.

Inep (2021). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2020*. Brasília: Inep. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/dados_abertos/sinopses_estatisticas/sinopses_estatisticas_censo_escolar_2020.zip>. Acesso em 17 jan.2021.

Kuenzer, Acácia Zeneida (2007). Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

Martínez García, José Saturnino (2015). Formación Profesional: Tensiones y dinámicas Sociales. *Revista Internacional De Organizaciones*. Núm. 17, p. 21-42. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/RIO/article/view/318455>> Acesso em 01 abr. 2023

Martinez García, José Saturnino; Merino, Rafael (2011). Formación profesional y desigualdad de oportunidades educativas por clase. *Témpora: Revista de Historia y Sociología de la Educación*, Nº 14, págs. 13-37.

Marx, Karl (1980). *O capital: crítica da economia política*. 5. ed. Livro 1 v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mascaro, Alysso Leandro (2013). *Estado e Forma Política*. Boitempo: São Paulo.

MEC/MTPS (2023). Estatísticas. *Painel de Monitoramento das Profissões 2022*. Ano Base 2019. Brasília: MEC. Disponível em: <<https://monp.com.br/formandos>> Acesso em 01 jul. 2022.

MENDES, Sonia Regina. Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 267-287, sep. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Jan. 2021.

Merino, Rafael Pareja (2013). Las sucesivas reformas de la formación profesional en España o la paradoja entre integración y segregación escolar. *Education Policy Analysis Archives*, v. 21, p. 66, 2013. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/1222>. Acesso em: 1 abr. 2023.

Mészáros, Istvan (2008). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (1996). *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Ensaio.

Mon, Santiago Álvarez De; Lombardia, Pilar García De (2021). *El Reto de La Formación Profesional en España*. Iese Business School.

Pareja, Rafael Merino (2021). *Oferta y demanda de FP, ¿Ajustes de mercado o de política educativa?* [Matéria disponibilizada em 28 de setembro de 2021 na internet]. Disponível em: <<https://agendapublica.elpais.com/noticia/17114/oferta-demanda-fp-ajustes-mercado-politica-educativa>> Acesso em 01 abr. 2023.

Pineda-Herrero, P. Agud-Morell, I., Ciraso-Calí, A. (2016). Factores que intervienen en la inserción laboral de los titulados en Educación en tiempos de crisis: un estudio sobre Cataluña. *Revista de educación*, Nº 372, págs. 141-169, 2-16. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5399793>> Acesso em 01 abr. 2023.

Poulantzas, N. (2000). *O Estado, o Poder, o Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.

Sales, Francisco José Lima (2016). Reconversão Produtiva e Educação: Polêmicas sobre a formação/qualificação do trabalhador no capitalismo contemporâneo. In: Sousa, Antonia de Abreu; Oliveira, Elenilce Gomes de; Neto, Enéas de Araújo Arrais (Org.) *As interfaces do mundo do trabalho: Educação, práxis social e formação dos trabalhadores*. Curitiba: CRV.

San Segundo, M. J.; Petrongolo, B. (2000). ¿Estudias o trabajas? Los efectos del desempleo sobre la escolarización. In: Sáez, F (Org.). *Formación y empleo*. Madrid: Fundación Argentaria-Visor Dis, p. 421-449.

SANTOS, Shilton Roque dos; ALVES, Yossonale Viana; DE AZEVEDO, Márcio Adriano. Estado Neoliberal e Educação Profissional no Brasil: transformações de paradigmas em nosso circuito histórico. *Direito Público*, v. 18, n. 98, jul. 2021. ISSN 2236-1766. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5000>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Sardinha, Rafaela; Souza, Fábio Araújo De (2023). O financiamento da Educação Básica no governo Bolsonaro em tempos de financeirização do capital. In: LEHER, Roberto (org.) *Educação no Governo Bolsonaro inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular.

Schultz, T. (1973). *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SIUU (2023). *Estudiantes en las Universidades Españolas – Curso académico Avance 2021-2022*. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/equiposiiu/viz/Academica21_EEU/InfografiaEEU> Acesso em 06 abr. 2023.

Termes, Andreu (2022). Las transiciones a la educación posobligatoria en Barcelona: vías diferentes, itinerarios desiguales. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 178: 143-164.

Termes, Andreu (2022A). *Vías distintas, itinerarios desiguales: la división entre FP y Bachillerato*. [Matéria disponibilizada em 31 de maio de 2022 na internet]. Disponível em: < Vías distintas, itinerarios desiguales: la división entre FP y Bachillerato > Acesso em 01 abr. 2023.

Usurralde, María Jesús Martínez (2001). *Formación profesional comparada. Un Estudio aprendiendo de la práctica: análisis comparado de la formación profesional en España y Alemania*. Tirant lo Blanch: Valencia.

World Bank (2012). *Exiting Belindia? - Lesson from the recente decline in income inequality in Brazil*. Washington, DC: World Bank.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Santos, S. R., Silva, B. R. C. V., & Santos, A. M. A. (2024). EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE DESEMPREGO NO BRASIL E NA ESPANHA: TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES. HOLOS, 8(40). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/17956>

SOBRE OS AUTORES**S. R. SANTOS**

Doctor en Educación por el Programa de Posgrado en Educación Profesional del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Río Grande del Norte (PPGEP/IFRN) con una estancia de doctorado en la Universidad Complutense de Madrid (UCM). Magíster en Educación por el mismo programa. Licenciado en Derecho por la Universidad Federal de Río Grande del Norte (UFRN). Actualmente, es miembro del Observatorio de Políticas Públicas en Educación Profesional (OppEP-IFRN-CNPq).

E-mail: shilton.roque@ifrn.edu.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5662-4259>

B. R. C. V. SILVA

Doctor en Filología. Estudios Lingüísticos y Literarios: Teorías y Aplicaciones por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) en Madrid – España con período de Cotutela Internacional en el Programa de Posgrado en Estudios del Lenguaje en la Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Magíster en Lenguaje y Enseñanza por la Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Es licenciado en Español por el Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte y desde 2010 es profesor permanente en la misma institución. Actúa como profesor y director de tesis del Programa de Posgrado (Maestría y Doctorado) en Educación Profesional del IFRN.

E-mail: bruno.venancio@ifrn.edu.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4208-812X>

Editora Responsável: Maura Costa

Árbitros Ad Hoc: Maikon Alexandre Kremer e Geraldo Gonçalves de Lima



Submetido 1/11/2024

Aceito 23/12/2024

Publicado 8/6/2025